

Boas práticas

Liberdade de expressão e boa ciência

A Noaa, agência federal norte-americana para meteorologia, oceanos, atmosfera e clima, divulgou em dezembro sua política de integridade científica, que chamou a atenção por garantir aos cientistas do órgão o direito de falar livremente com a imprensa. Em 2006, a agência foi impedida pelo Departamento do Comércio, ao qual é vinculada, de divulgar um relatório sobre o aquecimento global e seu impacto na frequência e na força dos furacões. A justificativa era que o relatório ficara “técnico demais”.

Na verdade, a questão dos efeitos negativos do aquecimento global era politicamente sensível, dada a resistência do governo de George W. Bush de tomar medidas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa. No mesmo ano, outra agência norte-americana, a Nasa, envolveu-se num caso semelhante de censura. Um funcionário do setor de relações públicas foi acusado de tentar restringir o acesso de jornalistas a James Hansen, o principal especialista em mudança climática da agência espacial norte-americana. Hansen afirmou à época que a campanha de censura começou após ter feito um discurso pedindo a rápida redução dos gases responsáveis pelo aquecimento global. Segundo o *blog* Careers, da revista *Science*, a política de integridade da Noaa afirma que os cientistas da agência “podem falar livremente à mídia e ao público sobre as descobertas científicas e técnicas com base em seu trabalho oficial”. E acrescenta que eles são “livres para apresentar pontos de vista, por exemplo, sobre assuntos políticos e gerenciais, que se estendam para além de suas

descobertas científicas, incorporando opiniões pessoais ou especializadas”. Isso, desde que deixem claro não estão falando em nome da agência. “Em nenhuma circunstância uma autoridade da Noaa pode pedir que cientistas suprimam ou alterem suas descobertas científicas.”

O documento da Noaa determina que as decisões do órgão sejam tomadas com base na “melhor ciência possível”. Estabelece regras para a declaração de conflito de interesses e cria instrumentos de proteção tanto para quem faz denúncias sobre má conduta científica de boa-fé como para pesquisadores inocentados no processo de investigação.



DANIEL BUENO

Má conduta sem segredo

Três agências de apoio à pesquisa do Canadá decidiram mudar suas normas de confidencialidade para poder revelar publicamente os nomes de pesquisadores condenados em processos por má conduta científica. Os institutos canadenses de pesquisa médica (CIHR) e os conselhos de pesquisa em ciências naturais e engenharia (NSERC) e de ciências sociais e humanidades (SSHRC) vão exigir que pesquisadores contemplados com financiamentos assinem um termo de consentimento permitindo que seus nomes possam ser revelados em caso de violação das normas de integridade. “Acreditamos que a introdução de consentimento irá reforçar ainda mais a reputação do Canadá no tocante à conduta responsável na pesquisa”, disseram os presidentes dos três órgãos em um comunicado, de acordo com o *site* da revista *Nature*.

Como o Canadá tem leis de privacidade rigorosas, as agências têm sido acusadas de falta de transparência em episódios de má conduta. Recentemente, a NSERC não pôde divulgar os nomes de pesquisadores condenados por má conduta, incluindo-se um que declarou uma série de artigos fictícios em seu currículo, porque estavam protegidos pela lei. Esses nomes continuarão em sigilo, porque a mudança não é retroativa. Outra novidade é a exigência de que as instituições nomeiem comissões para investigar a má conduta “sem conflito de interesse, real ou aparente”, e que incluam “pelo menos um membro externo, sem afiliação atual com a instituição”. Essa exigência é mais específica do que as que vigoram em agências norte-americanas, que se limitam a regular o conflito de interesses.